

# ATA 1

**Procedimento concursal comum para ocupação de 1 (um) posto de trabalho da carreira e categoria de técnico/a superior, previstos e não ocupados do Mapa de Pessoal do Instituto Português do Desporto e Juventude, IP (IPDJ)**

Ao quarto dia do mês de dezembro do ano de 2023, reuniu o Júri nomeado por despacho da Vogal do Conselho Diretivo do IPDJ, para o Procedimento Concursal Comum para ocupação de 1 (um) posto de trabalho, previsto e não ocupado, do mapa de pessoal do IPDJ, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de técnico/a superior – áreas de Relações internacionais, Ciência Política ou áreas conexas, estando presentes os seguintes elementos:

## JÚRI

**Presidente:** Jorge Orlando Queirós, Diretor do Departamento de Informação, Comunicação e Rel. Internacionais

**1ª Vogal Efetiva:** Margarida Saco, Técnica Superior do Departamento de Informação, Comunicação e Rel. Internacionais, que substitui o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos

**2ª Vogal Efetivo:** Vitor Cardoso, Técnico Superior do Departamento de Informação, Comunicação e Rel. Internacionais

## LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- ❖ Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho
- ❖ Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro
- ❖ Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro
- ❖ Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de março
- ❖ Decreto-Lei n.º 272/2009, de 01 de setembro
- ❖ Código do Procedimento Administrativo

## ORDEM DE TRABALHOS

O Júri reuniu para estabelecer:

1. Os métodos de avaliação
2. A Ponderação
3. Os Parâmetros da avaliação curricular
4. A Prova de Conhecimentos
5. A Entrevista Profissional de Seleção
6. O sistema de classificação final

## CARACTERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

- Conhecimento do ordenamento jurídico comunitário, incluindo as questões de comitologia da União Europeia, processo de decisão, transposição de diretivas e auxílios de Estado;
- Capacidade de compreender a posição de Portugal no mundo, designadamente ao nível dos fóruns internacionais (de âmbito mundial ou regional), e relativamente a Estados Terceiros;
- Conhecimento das matérias atinentes aos direitos humanos no âmbito das organizações internacionais, designadamente a ONU e o Conselho da Europa (CoE);

- Conhecimento das instâncias e organismos comunitários - UE- e internacionais de âmbito mundial ou regional (CPLP, CoE, OCDE, OSCE, OEI, OIJ, ONU, UNESCO), e demais organizações internacionais ativas no âmbito do Desporto e da Juventude;
- Conhecimentos de Direito Internacional Público, designadamente no quadro de instrumentos de cooperação internacional (designadamente negociação e elaboração de instrumentos tendo presentes os mecanismos coordenados pelo MNE e as grandes linhas estratégicas da cooperação internacional, nacionais e europeias.);
- Conhecimento das políticas e medidas nacionais no domínio da do Desporto e da Juventude, bem como dos respetivos instrumentos enquadradores (Programa de Governo, Grandes Opções do Plano, a Estratégia da Cooperação Portuguesa, etc.);
- Conhecimento das realidades políticas (incluindo nos domínios o Desporto e da Juventude) e socioeconómicas de Estados Terceiros;
- Conhecimento das tendências e orientações internacionais e nacionais no âmbito das relações internacionais e da cooperação para o desenvolvimento - bilateral e multilateral, designadamente nos domínios do Desporto e da Juventude;
- Capacidade para participar em missões internacionais, em representação institucional ou outra;
- Capacidade para participar em reuniões de âmbito nacional em matérias internacionais, em representação institucional ou outra (Comissões interministeriais, RIM, estruturas nacionais com incidência internacional, etc.);
- Capacidade para elaborar agendas anotadas;
- Capacidade para elaborar relatórios de missão;
- Capacidade para elaborar informações e pareceres técnicos na área das relações internacionais e da cooperação para o desenvolvimento;
- Capacidade para preparar reuniões e organizar eventos e demais iniciativas de âmbito internacional ou de âmbito nacional com incidência internacional (organização logística e organização substantiva);
- Capacidade para articular com as estruturas e organismos nacionais e de Estados Terceiros no âmbito das relações internacionais e da cooperação para o desenvolvimento;
- Capacidade para aplicar as normas e regras do protocolo do Estado Português, incluindo em matéria de organização de visitas de estado e de reuniões internacionais;
- Capacidade para comunicar preferencialmente em Língua Inglesa, sendo valorizados ainda o domínio de outras línguas, como a Francesa ou Espanhola;
- Conhecimentos de informática na ótica do utilizador.

#### **PONTO 1 – Métodos de avaliação**

Os métodos de seleção aplicáveis aos/às candidatos/as que estejam a cumprir a atividade caracterizadora do posto de trabalho, são os previstos na Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, a saber:

- a) Avaliação Curricular (AC)**
- b) Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)**

Os métodos de seleção aplicáveis aos/às candidatos/as que não estejam a cumprir a atividade caracterizadora do posto de trabalho ou que estando, afastem, por escrito, o método de seleção *avaliação curricular*, são os previstos na Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, a saber:

- a) Prova de Conhecimentos (PC)**
- b) Entrevista de avaliação de Competências (EAC)**

## PONTO 2 – Ponderação

**Ponderação de 70%** - Avaliação Curricular (AC) - método de seleção obrigatório

**Ponderação de 30%** - Entrevista Profissional de Seleção (EPS) - método de seleção complementar

## PONTO 3 – Parâmetros da Avaliação Curricular (AC)

A **Avaliação Curricular (AC)**, com o objetivo previsto na Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, pondera os elementos relativos à Habilitação Académica (HA); à Formação Profissional (FP); à Experiência Profissional (EP) e à Avaliação do Desempenho (AD).

a) Na **Habilitação Académica (HA)** apenas são considerados os graus académicos relevantes para a área funcional do procedimento:

Grau Académico	Pontos
Licenciatura em Rel. Internacionais/Ciência Política/áreas conexas	16
Mestrado em Rel. Internacionais/Ciência Política/áreas conexas	18
Doutoramento em Rel. Internacionais/Ciência Política/áreas conexas	20

b) Na **Formação Profissional (FP)** apenas será considerada a formação comprovada, devidamente certificada e documentada no processo de candidatura, **diretamente relacionada com o posto de trabalho posto a concurso**, frequentada e concluída nos últimos 5 anos, não podendo a pontuação obtida nos critérios seguintes, exceder os 20 pontos:

Formação Profissional	Pontos
Sem ações de formação	0
Até 35 horas (inclusive)	4
Entre 36 e 70 horas (inclusive)	8
Entre 71 e 100 horas (inclusive)	12
Entre 101 e 135 horas (inclusive)	16
Mais de 136 horas	20

Nos casos em que a duração da ação de formação não conste do respetivo certificado, são adotados os seguintes critérios:

Curso de 1 dia ou sem qualquer referência	7 horas
Curso de 1 semana	15 horas
Curso de 1 mês	60 horas

Nos casos de formação especializada ou Pós-Graduação – que por não conferir titularidade é ponderada no fator *Formação Profissional* – são considerados os seguintes critérios:

Curso de Especialização com datas, sem referência a nº horas	50 horas
Curso de Especialização com duração inferior a 1 ano letivo	100 horas
Curso de Especialização com duração superior a 1 ano letivo	200 horas

Sempre que nos certificados de curso de especialização conste o número de horas, será o mesmo tido em consideração e não o valor estimado.

- c) Na **Experiência Profissional (EP)**, com vista a avaliar o tempo durante o qual o/a candidato/a tenha exercido funções relacionadas com o posto de trabalho posto a concurso, a valoração aplicada aos fatores em avaliação não pode ultrapassar os 20 valores, sendo valorado, de 0 a 20 o tempo de exercício de funções na área de engenharia civil, em atividades idênticas às atividades que caracterizam o posto de trabalho posto a concurso
- (0) Sem Experiência
  - (5) Até 3 anos de experiência
  - (10) Entre 3 e 5 anos de experiência
  - (15) Entre 5 e 10 anos de experiência
  - (18) Entre 11 e 15 anos de experiência
  - (20) Mais de 15 anos de experiência
- d) Na **Avaliação do Desempenho (AD)** será considerada a média aritmética dos últimos 3 biénios, na expressão qualitativa, apresentada numa escala de 0 a 20 valores, com arredondamento até às centésimas, segundo os seguintes critérios:

De 1 a 1,99	Inadequado	0 pontos
De 2 a 3,99	Adequado	15 pontos
De 4 a 5	Relevante	18 pontos
De 4 a 5	Excelente	20 pontos

Nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 20º da Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, aos/às candidatos/as que por causa não imputável aos/às mesmos/as não tenha sido atribuída avaliação em qualquer um dos biénios, será atribuída a pontuação equivalente a “Desempenho Adequado”.

#### Formula da Ponderação da Avaliação Curricular (AC)

$$AC = (2*HA + 1*FP + 3*EP + 1*AD) / 7$$

Em que:

HA = Habilitação Académica

FP = Formação Profissional

EP = Experiência Profissional

AD=Avaliação do Desempenho

#### Exclusão

Os/As candidatos/as que obtenham na *Avaliação Curricular (AC)* classificação inferior a 9,5, são excluídos do procedimento, não lhes sendo aplicado o método de avaliação *Entrevista Profissional de Seleção*.

#### PONTO 4 – Ponderação da Entrevista Profissional de Seleção (EPS)

Nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artº 17º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a **Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)** visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

O Júri deliberou que a Entrevista de Avaliação de Competências incidirá sobre a lista de competências previstas para a carreira técnica superior, constantes do anexo VI da Portaria n.º 359/2013 de 13 de dezembro, sendo extraídas do mesmo as requeridas para o posto de trabalho em concurso, a saber:

- Orientação para resultados (OR);
- Análise da Informação e sentido crítico (AISC);
- Iniciativa e Autonomia (IA);
- Inovação e Qualidade (IQ);
- Relacionamento interpessoal (RI);
- Comunicação (C);
- Trabalho de Equipa e Cooperação (TEC).

#### Fórmula da Ponderação da Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)

$$EAC = (OR + AISC + IA + IQ + RI + C + TEC) / 7$$

#### Exclusão

Os/As candidatos/as que, sem justificação ou por motivo não atendível não compareçam à *Entrevista Profissional de Seleção*, são excluídos do procedimento.

#### PONTO 5 – Classificação Final

A *Classificação Final* (CF) será o resultado das classificações obtidas na *Avaliação Curricular* (AC) e na *Entrevista de Avaliação de Competências* (EAC), cuja ponderação resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (70\% \times AC) + (30\% \times EAC)$$

#### PONTO 6 – Prova de Conhecimentos (PC)

Conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a *Prova de Conhecimentos* (PC) terá a forma escrita, com consulta, com a duração máxima de 90 minutos.

Nos termos do artigo 21.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a avaliação da *Prova de Conhecimentos* é o resultado obtido através da soma aritmética das classificações obtidas nas perguntas efetuadas, sendo a classificação máxima de 20 (vinte) valores.

- ❖ Os/As candidatos/as serão convocados/as por correio eletrónico para se apresentarem no local e hora de realização da prova de conhecimentos.
- ❖ Eventuais atrasos não serão compensados após a hora prevista para conclusão da prova.
- ❖ Durante a realização da prova de conhecimentos, não é permitida a utilização de meios tecnológicos
- ❖ Os/As candidatos/as com qualquer necessidade especial deverão informar o/a técnico/a presente, previamente ao início da prova de conhecimentos.

---

### PONTO 7 – Conteúdos para Prova de Conhecimentos (PC)

---

Os conteúdos aplicáveis à Prova de conhecimentos são os seguintes:

- Direito da União - História, Direito, Cidadania, Mercado Interno e Concorrência, Miguel Gorjão-Henriques, 2019, Almedina.
- Enciclopédia das Relações Internacionais, Francisco Pereira Coutinho (Editor/Coordenador), Nuno Canas Mendes (Editor/Coordenador), Dom Quixote.
- Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 - Resolução do Conselho de Ministros que aprova a Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030, disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAABAAzNDYxNQcAKRsTgQUAAAA%3d>
- Tratado da União Europeia, disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC\\_2&format=PDF](https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF)

---

### PONTO 8– Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)

---

A descrição e ponderação das competências, são as constantes do Ponto 4 da presente ata.

---

#### Exclusão

---

Os/As candidatos/as que, sem justificação ou por motivo não atendível não compareçam à *Entrevista Profissional de Seleção*, são excluídos do procedimento.

---

### PONTO 9 – CLASSIFICAÇÃO FINAL

---

A Classificação Final (CF) será o resultado das classificações obtidas na *Prova de Conhecimentos (PC)* e na *Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)*, cuja ponderação resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (70\% \times PC) + (30\% \times EAC)$$

---

### CRITÉRIOS DE DESEMPATE

---

São critérios de desempate e preferência na ordenação final de candidatos/as em caso de igualdade de classificação, os seguintes:

- a) Candidatos/as que se encontrem na situação prevista no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro
- b) Candidatos/as que se encontrem em outras situações preferenciais, definidas por Lei

São critérios de desempate em caso de igualdade de classificação, em caso de inexistência de preferência legal, os seguintes:

- a) Média final mais elevada obtida da entrevista de avaliação de competências
- b) Persistindo o empate, grau mais elevado de habilitação académica

---

### MOTIVOS DE EXCLUSÃO

---

São excluídos/as do procedimento:

- Os/As candidatos/as titulares de Licenciatura em áreas distintas das áreas de Licenciatura requeridas

- Os/As candidatos/as que obtenham na Avaliação Curricular (AC) ou na Prova de Conhecimentos (PC) classificação inferior a 9,5 valores, não lhes sendo aplicado o método de avaliação complementar Entrevista de Avaliação de Competências
- Os/As candidatos/as que prestem falsas declarações
- Os/As candidatos/as que, sem justificação ou por motivo não atendível não compareçam a qualquer um dos métodos de seleção para cuja realização tenham sido notificados/as
- Os/As candidatos/as que não reúnam os requisitos de admissão constantes do aviso de abertura publicado na Bolsa de Emprego Público, bem como os/as que não apresentem os documentos requeridos no aludido aviso, cuja inexistência impossibilite ao Júri a verificação inequívoca dos requisitos de admissão e a avaliação curricular.

#### **PUBLICITAÇÃO**

A presente Ata é objeto de publicação na Página oficial do Organismo, em <https://ipdj.gov.pt/documentos-de-recursos-humanos>

#### **PROXIMA REUNIÃO**

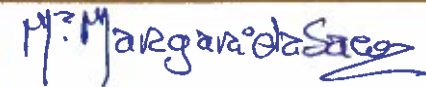
O Júri reúne após o termo do prazo de apresentação de candidaturas, a indicar no aviso a publicar na Bolsa de Emprego Público.

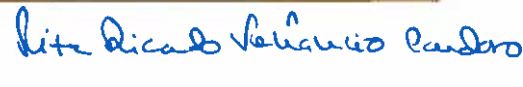
#### **ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a tratar, o Júri deu por encerrada a reunião, da qual lavrou a presente ata que tendo sido lida e achada conforme, vai ser assinada e rubricada por todos os membros.

#### **O JÚRI**

  
Presidente, Jorge Orlando Queirós

  
1ª Vogal Efetiva, Margarida Saco

  
2ª Vogal Efetivo, Vitor Cardoso

